

Isso não é uma analítica arqueológica

Edson Antunes Quaresma Júnior¹

Nesse artigo teórico, objetivamos descrever teoricamente a análise feita por Michel Foucault em suas primeiras obras, bem como elucidar elementos principais encontrados pelo mesmo naquele caminho, com vistas a dar um ponto de apoio aos que se aventurarem a diminuir a ausência da arqueologia nos estudos sobre organizações. A primeira questão resultante desse caminho foi uma resposta para o local em que as análises de discursos dos estudos organizacionais devem focar para conseguir encontrar seus próprios arquivos. Foucault (1999) sugere esse método como a análise dos modos de ser da ordem do discurso, da camada intermediária entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo. Essa camada intermediária tratada pelo autor, elucidou também diversas áreas tangentes aos estudos organizacionais e a arqueologia. São possibilidades diversas e dispersas em diversas áreas e epistemes. Entretanto, todas as possibilidades de conexão são novas, devido a um simples fato: a matéria-prima a ser analisada não está contida nas reflexões, nem mesmo na essência das coisas pesquisadas, mas sim no discurso em formato de arquivo arqueológico. Sugerimos que assim como Foucault (2008) tentemos mostrar as regras de formação dos efeitos de verdade nos estudos organizacionais.

Palavras-chave: Arqueologia; estudos organizacionais; arquivo; acontecimento.

¹ UFMG

Introduzindo a busca arqueológica

A analítica foucaultiana tem se mostrado capaz de trazer novas luzes sobre as teorias organizacionais. Em grande medida é perceptível no campo, a ênfase dada a certo conjunto de novos objetos, que se relacionam a questões sobre o poder e os discursos. Entretanto, talvez enquanto seguidores da apresentação do autor junto aos estudos organizacionais feita por Burrell (1988), temos nos prendido em larga medida a certo conjunto de obras, textos condensados principalmente no que tem se convencido chamar de período genealógico de Michel Foucault.

Não obstante, algo do que poderia se compreender através de obras anteriores tem sido relegado a segundo plano, enquanto as posteriores começam a fazer parte das discussões. Ao relegar as obras iniciais do autor a um segundo plano, estamos desconsiderando que “[...]a genealogia apoia-se sobre a arqueologia e a completa” (THIRY-CHERQUES, 2008, p. 229).

Como uma técnica, a arqueologia serve para levantar discursos-objetos, ela serve para distanciar e desfamiliarizar os discursos sérios das ciências humanas. Isto por sua vez, permite a Foucault levantar as questões genealógicas. Como são estes discursos utilizados? Que papel eles representam na sociedade? (DREYFUS E RABINOW, 1995, P. XXI).

Enquanto técnica, a arqueologia pode ser considerada como a maior aproximação que o autor teve do estruturalismo (DREYFUS E RABINOW, 1995), mas serve ao mesmo tempo, de degrau epistemológico para a genealogia. Passar por Michel Foucault para tratar das organizações através de um viés genealógico que negligencia o papel fundamental e complementar da análise arqueológica do discurso seria algo questionável, ou pelo menos demandante de complementação. Tentando preencher essa lacuna teórica, objetivamos descrever teoricamente a análise feita pelo autor em suas primeiras obras, bem como elucidar elementos principais encontrados pelo mesmo naquele caminho.

Tangenciando sempre que possível os estudos sobre organizações (apesar do campo apresentar resumida contribuição no contexto arqueológico), bem como outras obras foucaultianas, começaremos após essa breve introdução, por propor uma descrição de algumas questões claras a pressupostos da analítica. São encontradas reverberações de algumas bases teóricas presentes em Nietzsche (2005) e Heidegger (1997). Através delas é possível compreender seu posicionamento em relação a algumas linhas epistêmicas. Na lacuna observada por Foucault (1978, 1980, 2008), se percebe a matéria-prima estocada no que considera como os arquivos. O resultado desse momento da discussão é uma resposta para em que local dos

discursos os estudos organizacionais devem focar para conseguir encontrar seus próprios arquivos.

Em um momento posterior, os arquivos são situados da forma como foram encontradas por Foucault (1978, 1980, 2008), mas não antes de uma discussão aprofundada sobre o que seria a arqueologia. Esta analítica que se faz imanentista e histórica, é mais clara a partir da noção de “acontecimento”, em suas manifestações de rupturas e regularidades, ou das sobreposições de regularidades presentes em arquivos (o que pode ser considerado também como uma forma de ruptura). Esta dispersão é característica relevante para as formações discursivas, bem como suas regras de formação. Os acontecimentos também tangenciam outros momentos, como o genealógico e o ético-estético, que são pontuados.

O capítulo teórico final trata das variações de elementos que Michel Foucault encontra nos extratos pesquisados através das primeiras obras. Trata-se de um momento mais voltado para a técnica, para os elementos que dão “condições de possibilidade” ao discurso. Assim, tratamos brevemente das características tipográficas de uma formação discursiva, como objetos; modalidades de enunciados; conceitos; sujeitos; estratégias; e campos de enunciados. Estes seriam perceptíveis nas dispersões, e se ligam aos arquivos para formarem todo o tecido de uma formação discursiva.

Sumarizamos os resultados e considerações na última parte desse trabalho teórico. No mesmo espaço, são também apresentadas algumas limitações do trabalho, bem como do uso da arqueologia nos estudos organizacionais.

O que buscar através do ponto de vista arqueológico?

Sob o tema desse título, começemos por pensar que Foucault (1999) se pergunta sobre as relações estabelecidas entre “as palavras e as coisas”. Na obra de mesmo nome, ocupa-se “(...) da ordem das coisas e do pensamento do mesmo, entendido como o território daquilo que a modernidade considerou racional. É o que ingressa na ordem do estabelecido, o que não admite contradições” (DÍAZ, 2012, p. 10).

Foucault (1999), chega a sugerir a uma “tábua” que serviria de suporte, de local de inscrição desses ordenamentos do saber que são anteriores mesmo às palavras: trata-se do lugar onde o conhecimento se firma. Um lugar-nenhum, um não-lugar, que no caso, (como trata no prefácio da própria obra) tentaria buscar os “modos de ser” da ordem, sua experiência “nua”.

De fundamentação heideggeriana, o não-lugar dessa experiência seria intermediário, e estaria entre os códigos fundamentais de uma cultura e um olhar reflexivo sobre a mesma. Da mesma forma, Heidegger (1997) nega ao mesmo tempo a essência das coisas-elas-mesmas ao se relacionar com a tradição fenomenológica; e a interpretação reflexiva oriunda da hermenêutica. Se afasta da tradição fenomenológica na medida em que discorda de uma essência: para o autor, o “ser” que se mostra como conceito mais universal, é também o mais obscuro, mais indefinível. Se aproxima mais de uma ideia ôntica-ontológica, sendo que essa questão se relaciona com o fato do ser “estar lançado” em meio a um mundo. Dessa forma, a fenomenologia é compreendida pelo autor enquanto “tarefa de interpretação”, conceito que descreve uma determinação externa ao fenômeno. Não interna, essencial, ontológica, mas sim externa, interpretativa, ôntica. Entretanto,



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

essa mesma “interpretação”, que poderia ser uma resposta possível, o afasta da hermenêutica, uma vez que considera que a reflexão interpretativa se estabelece através de relações de contato, conhecimento, e domínio de um mundo, onde ela se ocupa, onde já existe. Traria sempre consigo o contexto ao qual faz parte.

Este mesmo lugar intermediário pode ser visto na análise que Nietzsche (2005) realiza. Ao se dirigir para o racionalismo e para o empirismo, o autor encontra um grande domínio e direcionamento inconsciente de funções gramaticais, que levam a conexões e interpretações de um mundo situado, algo que o autor trata algumas vezes como preconceitos dos filósofos. Para Giacóia Jr (2003), um dos grandes projetos de Nietzsche se encontra na inversão do que o platonismo relegou: o subjetivo como errado e contrário à verdade, que existe como um espírito puro, como bem em si, principalmente, como essência: “Minha filosofia platonismo revertido: quanto mais afastado do verdadeiro ente tanto mais puro, belo, melhor. A vida no brilho da aparência como meta” (NIETZSCHE, 1980, citado por GIACÓIA JR. 2003, p. 24). Nietzsche (2005) percebe problemas em se tentar aproximar das coisas pelo que são em si mesmas, ou pelo conhecimento obtido a partir de observações simples e imediatas. Esta linha de raciocínio que teria um desdobramento no empirismo de John Locke, recebe duras críticas: “Contra eles Nietzsche faz ver que os conceitos e os sistemas filosóficos não surgem, nem se desenvolvem, arbitrariamente, mas como um desdobramento orgânico, como os 'membros da fauna de alguma parte da terra', um ecossistema, diríamos hoje” (GIACÓIA JR. 2003, p. 24). Nietzsche (2005) tenta demonstrar que não existem impressões sensíveis elementares. Estas seriam lógico e gramaticalmente pré-formadas (GIACÓIA JR. 2003).

Com relação à tentativa de compreensão baseada na ação reflexiva, que tem no empreendimento cartesiano e no *cogito* de Descartes (penso logo existo) a pedra angular, Nietzsche (2005) demonstra, no aforismo 16, que “[...] este 'eu penso' implica que comparo meu estado momentâneo com outros estados observados em mim para estabelecer o que é, posto que é preciso recorrer a um 'saber de origem diferente', pois, 'eu penso' não tem para mim nenhum valor de 'certeza imediata” (Nietzsche, 2005, p. 25). Dessa forma, “Nietzsche considera, pois, que a evidência do *cogito* é caudatária da divisão da sentença gramatical elementar (sujeito-objeto), duplicada na categoria lógica de subsistência substância – inerência (atributo)” (GIACÓIA JR., 2003, p. 25).

Como podemos perceber, tanto em Nietzsche (2005), como em Heidegger (1997), existe a crítica da possibilidade de provisão do conhecimento com base na busca de sua essência intocada, mas também pela simples reflexão. Assumiremos que essas contradições representadas pelos pares empirismo/racionalismo cartesiano e fenomenologia/hermenêutica também se fazem presentes na obra de Michel Foucault. Em sua analítica, poderiam ser representados respectivamente pelo par que se tornou título de um livro: as palavras e as coisas. Afirmamos também que o autor encontra uma solução possível para esse problema. Como ilustra a Figura 01, o trabalho arqueológico não se ocupa das palavras, nem das coisas. Sua análise discursiva se encontra nessa camada intermediária, nas ligações feitas entre as coisas-elas-mesmas e sua interpretação.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

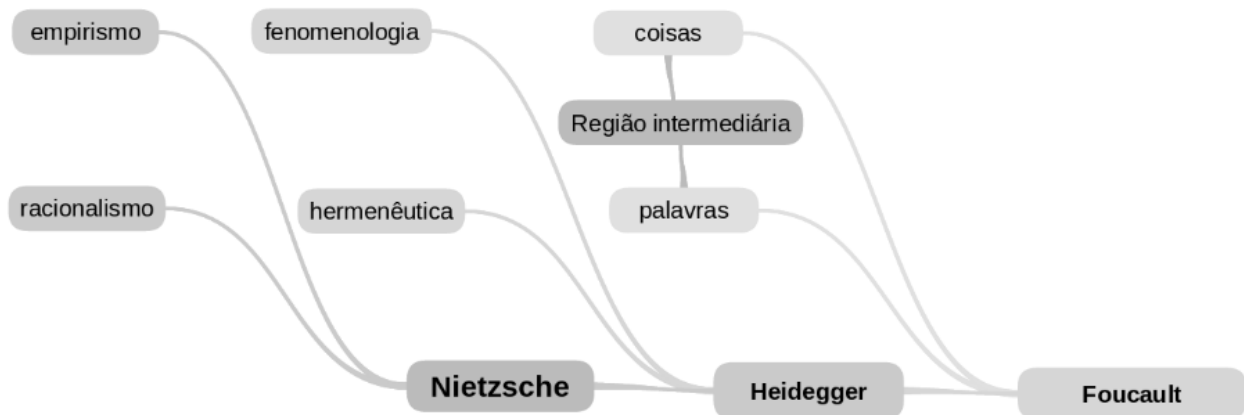


Figura 01: Região intermediária foucaultiana
Fonte: Elaboração dos autores.

Por mais que análises arqueológicas sejam raras nos estudos organizacionais, o trabalho de Costa e Leão (2012) pode ser considerado como tal. Muito embora em se tratando de uma quantidade pequena de extratos discursivos, nele são observados principalmente os materiais de merchandising de uma marca global colocados em diversos pontos de venda da cidade de Recife, bem como os extratos discursivos oriundos dos discursos que tratam das teorias do marketing: os recursos midiáticos (coisas) e as possíveis reflexões associadas (discurso dos estudos sobre mercadologia). O próprio Foucault (1999) se refere de forma clara a essa camada e seus elementos, mas em outros termos:

Os códigos fundamentais de uma cultura (aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas) fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam porque há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é essa a ordem estabelecida e não outra. [...] Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas [...]. De tal sorte que, essa região "mediana", na medida em que manifesta os modos de ser da ordem, pode apresentar-se como a mais fundamental [...]. Assim, em toda a cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e de seus modos de ser (FOUCAULT, 1999, p. XVII).

E para alcançar os “modos de ser” da ordem, que estão na camada intermediária, se faria necessário “(...) utilizar várias positivities distintas, cujos estados concomitantes são comparados durante um período determinado e confrontados com outros tipos de discurso que tomaram o seu lugar em uma determinada época” (FOUCAULT, 2008, p. 178). Para realizar a arqueologia, podemos considerar as positivities enquanto pertencentes a domínios do visível e



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

do enunciável (DÍAS, 2012), ou seja, considerar o que foi visto, bem como o que foi dito para, assim, buscar regras de formação dessa relação. Ao se perceber essas constatações como relacionadas ao poder nas organizações, pode-se utilizar da arqueologia para tratar sobre a formatação existente entre o visível e o dizível entre grupos, por exemplo: o que é dito diante de erros ou conquistas de cada grupo? Existem diferenças hierárquicas associadas? É relevante recordar que “[...] a linguagem é um meio de controle social e de poder. Discursos que reproduzem as relações de poder se naturalizam, e essas relações podem estar opacas aos participantes.” (LECLERCQ-VANDELANNOITTE, 2011, p. 1251).

Compreender como a camada intermediária está organizada é um caminho possível através da arqueologia, nesse sentido. Complementa essa possibilidade de análise uma segunda, que foi empreendida em Foucault (1978, 1980). Se aproximando de um contexto nihilista nietzscheniano entretanto: inversamente à busca por modos de variação da ordem, ocorre nela a busca pela própria contradição, pelo que o discurso demonstra como não pertencente à ordem, e que é visível na construção das linhas divisórias entre formações discursivas, pelo que se exclui de extratos discursivos ou “(...) pela maneira pela qual uma cultura estabelece os limites entre o normal e o anormal” (DÍAZ, 2012, p. 10).

Quando [a arqueologia] se dirige a um tipo singular de discurso (o da psiquiatria na *Histoire de la folie* ou o da medicina em *Naissance de la clinique*), é para estabelecer, por comparação, seus limites cronológicos; é também para descrever, ao mesmo tempo que eles e em correlação com eles, um campo institucional, um conjunto de acontecimentos, de práticas, de decisões políticas, um encadeamento de processos econômicos em que figuram oscilações demográficas, técnicas de assistência, necessidades de mão-de-obra, níveis diferentes de desemprego, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 177).

O segundo movimento, tão próximo de assuntos discutidos nos estudos organizacionais como as práticas, processos econômicos, relações com a mão-de-obra, entre outros, pode se dirigir a um tipo singular de discurso, estabelece seus limites por comparação; e descreve ao mesmo tempo e em correlação a esses limites, elementos que podem ser discursivos e/ou não. Um exemplo interessante seriam estudos que tratam dos discursos pela via identitária. O livro de Fleming (2007) ilustra que algumas respostas à cultura organizacional podem ocorrer através da criação de identidades e discursos distintos. Dessa forma, compreender o que esses novos discursos excluem dos antigos, poderia se dar através da compreensão de quais as relações entre as diversas positivities em cena.

Sinteticamente, podemos afirmar a existência de duas possibilidades analíticas distintas na arqueologia, que se dão no sentido de individualizar e descrever formações discursivas a partir de si mesmas e do “outro”. Na que se refere **aos modos de ser da ordem**, a busca seria por fundamentos para as posições dos elementos (textuais e/ou não) e suas possibilidades imanentes a algum substrato. A metáfora da “tábua das formas de conhecimento” embora pobre, pode ajudar a compreender a tentativa empreendida: busca criar um arquivo de enunciados para comparar duplamente: contrastar os diversos modos de ser da ordem através dos elementos de um mesmo

discurso; ou contrapor os modos de ser da ordem no tempo, ao observar suas variações entre diversos discursos. Especifica como é definida a experiência do igual, do mesmo.

A outra possibilidade, também comparativa, trataria das violências empreendidas na exclusão realizada pela/para a formação do que é o dentro e/ou fora dos discursos. Mas seu foco estaria em um discurso específico (como o da medicina, ou o da gestão) e sua ação é empreendida na intenção de encontrar o que são os **limites de um discurso**. Como exemplo, pode-se perceber que Foucault (1978, 1980) não define o que é a razão de forma direta. Mas ilustra o discurso da razão pelos diversos objetos formados de não razão²: a loucura, a pobreza, a prostituição, a doença. Estes são “(...) a alteridade em relação ao homem saudável” (DÍAZ, 2012, p. 9). E são os “outros” à razão, que iluminam suas formas constitutivas de práticas discernidas como verdades: no caso, irão “(...) da experiência limite do outro e da loucura às respectivas formas constitutivas do saber médico e psiquiátrico” (DÍAZ, 2012). Assim também pode-se observar certo discurso do mainstream dos estudos organizacionais em sua tentativa de excluir estudos sobre gênero, ou organizações não convencionais, para definir o que é a gestão. Ou ainda, a ausência de estudos com viés pós-colonial nas questões sobre gênero, o que pode levar à não consideração de elementos como a raça, a condição social, entre outros o (CAPELLE et al., 2006). O silêncio também organiza sentidos (ORLANDI, 1997).

Se observada de uma perspectiva mais ampla, existe certa relação entre os modos de ser da ordem e os limites de um discurso, pois “(...) as culturas chegam à determinação do mesmo mediante várias exclusões (...). A produção da verdade é descoberta nas práticas (...) existem as coisas ou os objetos que as práticas produzem” (DÍAZ, 2012, p. 11). Entretanto, mesmo tendo em mente essas formas mais amplas nas quais algumas trilhas foucaultianas podem ser percebidas, as respostas se dão nas microrrelações entre elementos discursivos e não discursivos. São relações tortuosas e repletas de vias que se conectam com outras. Tentar compreender nessa amplitude demanda estar preparado para percorrer um labirinto. Esta noção se faz presente em diversos autores que tratam de Foucault (2008), como Díaz (2012), Fairclough (2001), talvez indiretamente Deleuze (2005).

O texto da “Arqueologia do Saber” se auto-refere. Utiliza de formulações para explicar as formulações. Elas têm elementos comuns, ou que participam da construção uma da outra. O texto presente naquele livro (e em outros desse momento arqueológico) serve de exemplo para o que o autor queria demonstrar. É interessante ler o que outros autores foram capazes de compreender sobre esse período foucaultiano, para tentar sair, de alguma forma das “definições circulares” (FISCHER, 2001, p. 201).

Vindo de outras leituras, alguns elementos se mostram como marcas regulares a diversas percepções (ou manchas para ser menos preciso e mais coerente com as condições de possibilidade do trabalho de Foucault). A primeira que seria relevante elucidar é sobre o que a fase arqueológica pareceu buscar: “(...) fazer arqueologia é tentar descobrir sob as águas as práticas que sustentam o objetivado. Por exemplo, a loucura somente existe como objeto *em e por* uma prática” (DÍAZ, 2012, p. 12 *italico da autora*). Em Robin (1973), se relacionaria com as

2 Para determinados momentos na história. Por exemplo: na época neoclássica, a desrazão compreendia tudo aquilo que se opunha à 'boa ordem burguesa'” (DÍAZ, 2012, p. 13).



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

condições de possibilidade de determinado discurso. Mas poderia buscar principalmente “(...) dar conta de como se instaura certo discurso, quais suas condições de emergência ou suas condições de produção” (FICHER, 2001, p. 216). Em obras posteriores, Foucault (2011) elucida as relações de poder. Esse não é entretanto, o caso da arqueologia. Por mais que o tema tenha profunda relevância na obra do autor (e seja quase inseparável do discurso posteriormente), durante seu período arqueológico, o foco era nos tipos de discurso “(...) como regras para a constituição de áreas de conhecimento. Em seus últimos estudos genealógicos, a ênfase mudou para as relações entre conhecimento e poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 63). Nas palavras do autor: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Dessa forma, tendo como base determinado elemento ou conformação discursiva localizada, a arqueologia se preocuparia em compreender “o que faz parte de suas condições de emergência” (FOUCAULT, 2008, p. 187). A arqueologia lança mão de determinadas ferramentas para compreender o que torna factível certo discurso. Foucault (1999) sugere esse método como a análise dos modos de ser da ordem do discurso, da camada intermediária entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo. Após se debruçar sobre a análise que havia feito nesse período, o autor define algumas considerações que podem ser úteis para elucidar o que pretendia:

Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mutações que se operam, em geral, no domínio da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os limites, os temas próprios da história das idéias; empresa pela qual se tenta desfazer as últimas sujeições antropológicas; empresa que quer, em troca, mostrar como essas sujeições puderam-se formar (FOUCAULT, 2008, p. 187).

Para essa busca, sugere-se pensar “(...) não segundo quais regras é possível construir novos enunciados, mas como aconteceu que somente tais enunciados tenham existido e não outros” (CASTRO, 2009, p. 136). Nesse sentido, poderia ser útil no estudo de Bacellar e Ykeda (2011), que analisam a história do ensino e marketing, se houvesse a proposta de analisar os discursos em formato de arquivo. Mas além desse, diversos estudos históricos poderiam se beneficiar desse formato de trabalho. A questão é que a arqueologia lança mão de certos instrumentos para compreender como as sujeições se formaram. Foucault (2008) se dirige a enunciados e formações discursivas.

Meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada dos discursos. A arqueologia, tal como eu a entendo, (...), é a análise do discurso na sua modalidade de arquivo. (...) A língua é um conjunto de estruturas, mas os discursos são unidades de funcionamento (FOUCAULT, 2005, p.72-73).

É para estes arquivos que o arqueólogo se volta, para exumar, trazer novamente a superfície dos sentidos, os restos mortais de enunciados ou para demonstrar aqueles recém nascidos, ambos relegados pela história feita até então. Remonta as ideias que fazem parte de determinado arquivo, coloca-as em choque com outras ideias, de outros arquivos, de outros períodos. É nesse

movimento que a naturalização de elementos discursivos pode cair por terra e, dar origem a um “acontecimento arqueológico”.

Formações discursivas e sujeitos como acontecimentos.

Antes de tratarmos sobre essa espécie de “local epistêmico” do acontecimento, e dada sua relação forte com o discurso, se faz necessário compreender alguns elementos que podem ser vistos em um discurso, por meio da analítica foucaultiana. Podemos pois, fazer uma lista, que seria retomada no decorrer do texto, conforme se mostrarem úteis, ou simplesmente se forem encontrados. Temos que acreditar no acaso das descobertas, nesse sentido. A intenção aqui não pode ser a de subsumir essa lista a uma ordem comum, a uma unidade discursiva coerente. Pois esses elementos não aparecem em todos os acontecimentos. Sequer foram tratados nesse sentido pelo autor: tentativa de ordenar (lembramos que o que estamos fazendo é uma violência com o discurso do mesmo).

Assim, lançaremos mão de duas séries já descritas que, mesmo com a melhor das intenções, não passará da criação de nossa enciclopédia chinesa³. Muito embora autores de trabalhos atuais no campo dos estudos organizacionais como Costa e outros (2013) ilustrem alguns exemplos, vamos lançar mão dos trabalhos de dois autores que tinham nas suas análises um cunho mais explicativo do que descritivo, como Fairclough (2001), que considera como subtítulos relevantes para apropriação na sua análise, as regras de formação de: **objetos**, modalidades **enunciativas**, **conceitos**, **estratégias**. Já Días (2012), considera que Foucault (2008):

Desenvolve certos pontos-chaves da arqueologia: **enunciados**, formações discursivas, regras de transformação, acontecimentos, monumentos, formação de **objetos**, **conceitos**, **estratégias**, **raridade**, **arquivo**, História do pensamento (DÍAS, 2012, p. 14)

Pensamos em passar pela noção de acontecimento inicialmente, por ser a concepção geral da atividade filosófica foucaultiana (CASTRO, 2009, p. 24). Tratando de uma obra de Gilles Deleuze através do neologismo “acontecimentalizar”,

Foucault faz uma referência a uma forma de proceder na análise histórica que se caracteriza, em primeiro lugar, por uma ruptura: fazer surgir a singularidade ali onde se está tentando fazer referência a constante histórica, a um caráter histórico ou a uma evidência que se impõe mais ou menos a todos(...). Em segundo lugar, caracteriza-se também por encontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias que permitiram formar em um momento dado, o que depois se apresentará como evidente (CASTRO, 2009, p. 26).

Acreditamos que seria possível analisar a forma de trabalho foucaultiana como uma “acontecimentalização”. Entretanto, se faz necessária certa improvisação para tratar sobre o tema. Isso por que a própria arqueologia pode ser vista como uma “(...) descrição de acontecimentos

3 Ver Foucault (1999).

discursivos” (CASTRO, 2009, p. 24), não cabendo dessa maneira, separação tão nítida entre as questões.

Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de **acontecimentos** no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam (FOUCAULT, 2008, p. 30 **grifo nosso**).

Quando Foucault (1978) faz sua análise sobre a loucura, demonstra alguns acontecimentos. Com relação à razão, por exemplo, diante dos séculos XV e XVI o louco oscila em sua relação com o imaginário, em festas populares, se elevam figuras como naus, portos, margens da cidade, a água. E em um segundo conjunto de práticas “a loucura é integrada à razão, podendo ser uma de suas manifestações (DÍAS, 2012, p. 49); Entretanto, nos dois séculos seguintes, ocorre a divisão entre “[...] o que pertence e o que não pertence à razão. [...] a loucura será desrazão diante dos olhos dos homens” (DÍAS, 2012, p. 50). O louco será excluído da razão, será aprisionado, sua voz, que antes dizia algo que se incluía nas possibilidades da racionalidade, será ouvida através de certos intermediários. É um novo acontecimento, ou uma nova série deles. Assim, questiona-se: quais são as possíveis visões sobre um executivo? Quais os objetos estiveram, estão, estarão sendo utilizados enquanto referência para definir o que é um gestor de Taylor a Barnard (FERREIRA e outros, 2006)? Para definir o que é a gestão? Ou estratégia? Neste campo por exemplo, percebe-se uma mudança que antes era negada: a prática associada à estratégia. Entretanto, ela vem recebendo cada vez mais adeptos, sendo convencionada como a guinada à prática (CHIA e MACKAY, 2011), em oposição a uma virada linguística. Prováveis acontecimentos estariam imbutidos nesses extratos discursivos. Mas além desses exemplos, muitas são as possibilidades nos estudos sobre organizações.

No caso loucura, as mudanças nos enunciados levariam a uma noção de ruptura radical com o anterior. Ocorre ainda em Foucault (1999), onde, a “(...) mutação de uma episteme a outra é pensada como um acontecimento radical, que estabelece uma nova ordem do saber (...)” (CASTRO, 2009, p. 25). Todavia, contrapõe-se (ou complementa?), à visão do acontecimento enquanto ruptura total, a noção de que este instaura novas séries de regularidades, que se tornam condições para formações discursivas ou não. Contraditoriamente, os acontecimentos se relacionam à fraturas e regularidades dos enunciados, quando consideradas pelo viés arqueológico.

A análise sobre os acontecimentos através da **ruptura e da regularidade** fica clara também ao se analisar recortes relacionados a enunciados, como no caso da medicina, ou a economia, ou a gramática. Refletindo sobre esses conjuntos, Foucault (2008, p. 42) pergunta-se sobre a existência de uma unidade. Não encontra. A ideia de unidade parece incoerente com os acontecimentos ou suas séries: esses conjuntos não pertencem a um domínio relacionado a objetos únicos, tipologias de enunciações, noções bem definidas, ou temáticas permanentes. Os acontecimentos se deslocam. Não se mantém ao serem pensados em termos de identidade estável

ou variações coerentes que poderiam ser percebidas por sua continuidade, suas definições, ou os temas levantados.

Ao invés de identidades estáveis ou variações coerentes o autor se encontra com as rupturas. Por isso, abandona a busca por uma unidade, tratando a partir de então dos sistemas de dispersão, ou das formas de repartição onde se poderia perceber certa “(...) regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas (...)” (FOUCAULT, 2008, p. 42). Essas regularidades então seriam consideradas, quando tratando sobre enunciados, por **formações discursivas**:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Enfim, o autor considera que as formações discursivas são sistemas de dispersão ou formas de repartição que denunciam certa regularidade entre enunciados, ou objetos, tipos de enunciação, conceitos, temas. Essa regularidade se daria através de ordens, correlações, posições e funcionamentos, transformações dos elementos ora citados. Tendo em face que o objetivo foucaultiano seria compreender as condições de possibilidade dessas regularidades (que podem ser iniciadas por rupturas), uma questão relevante seria compreender suas regras de formação. Como ele trata:

Chamaremos de **regras de formação** as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 42).

No entanto, é importante deixar claro que uma suposta separação temporal entre ruptura e regularidade deve ser vista apenas de forma didática, pois elas não são, necessariamente, assíncronas. Ruptura e regularidade são dimensões diferentes de uma análise. Mas essa questão deixaria Foucault em uma encruzilhada. Como é possível algo ser uma ruptura e uma regularidade? Essa questão é resolvida de algumas formas. Inicialmente, por existir uma quarta concepção do acontecimento: ele seria o estado atual das forças, uma agonística. E enquanto tal, a solução é genealógica: **as rupturas e regularidades fazem parte de um mesmo momento**: “As lutas, na história, se levam a cabo através de práticas que se dispõem, mas, nesse uso, elas se transformam para inserirem-se em novas táticas e estratégias de luta” (CASTRO, 2009, p. 25). Na fase genealógica, Foucault (1979) sugere ainda a reconfiguração da noção de “origem” das coisas, enquanto disposição atual das forças: não se deve crer no início das coisas como o momento de seu estado de perfeição, de essência, de identidade pura, ou como lugar de onde a

verdade emerge. Em uma segunda instância, podemos considerar que o acontecimento ocorre quando um novo grupo de práticas regulares emerge, rompendo de alguma forma com a regularidade de outro grupo de práticas existentes. Um conjunto de práticas regulares que rompe com a regularidade das anteriores.

Nesse sentido, o acontecimento ou o “acontecimentalizar” vai englobar também a “fase” ética-estética de Foucault, por se inserir na própria forma de análise do sujeito: este será visto como alguém que desenvolve um conjunto de práticas sobre si de acordo com o tempo. Isso pode ser visto na sexualidade: Foucault (1988,1998, 2005) demonstra os modos de sujeições específicos, regularidades nas práticas distintas que recobrem aquele tema. Como as regularidades mudam, são também rupturas. Não existem regularidades e rupturas entre gregos, troianos, cristãos. Nesse sentido, Foucault (1988,1998, 2005) parece considerar o próprio sujeito como capaz de se acontecementalizar.

A constituição desse sujeito demanda “(...) descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimentos”. (FOUCAULT, 2006, p. 237). Ou seja, o sujeito, que pode participar do campo da gestão ou do empreendedorismo, por exemplo, é construído por práticas e conhecimentos de um campo de imanências. Nesse sentido, “os modos de subjetivação são precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 408). Não existe uma noção identitária, essencialista, estrutural do sujeito. Existe sim um conjunto de práticas, a partir das quais o sujeito se constitui em relação a um campo de conhecimentos e dessa forma, se torna “uma variável ou um conjunto de variáveis do enunciado” (DÍAS, 2012, p. 87). Trata-se, dessa forma, de um sujeito fluido, que se movimenta no tempo. Não mais,

uma substância, é uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. (FOUCAULT, 2006, p. 275).

E enquanto se estabelecem formas de relações diferentes consigo mesmo, pode-se observar no sujeito, certa objetivação. “Expressando-se de outro modo, trata-se de uma história dos jogos de verdade nos quais o sujeito, enquanto sujeito, pode converter-se em objeto de conhecimento” (CASTRO, 2009, p. 408). Em resposta a algumas críticas, pode-se dizer que Foucault sempre teve nos sujeitos, um dos seus principais objetos de pesquisa. Mas existiram outros. Días (2012), considera que o ponto de partida do autor seria um objeto.

Foucault parte da noção de “problematização”. Isto é, a partir do objeto de estudo escolhido, pergunta-se como e por que, em um momento dado, esses objetos têm sido problematizados através de uma determinada prática institucional e mediante quais aparelhos conceituais (DÍAZ, 2012, p. 6).

Possibilidades para recorte de unidades discursivas

Pode-se perceber uma profunda conexão entre sujeitos, saberes e práticas. Para Fairclough (2001), objetos podem ser tomados como os alvos de investigação de disciplinas particulares ou ciências, o que incluiria os três elementos. Entretanto, não concordamos que os objetos tratados pela arqueologia seriam apenas “objetos de conhecimento”. Apesar de concordar com essa possibilidade, discordamos que seja unívoca, uma vez que, por exemplo, quando Foucault (1978) se remete à loucura, existem momentos onde nem disciplinas específicas, nem mesmo ciências fazem considerações sobre o tema. Os objetos não são definidos somente por disciplinas. O próprio Fairclough (2001, p. 66), reconhece esse fato, e considera que a “(...) a loucura não é um objeto estável”. Assim como o autor, acreditamos que o que compõe campos como a estratégia (CHIA e MACKAY, 2011), ou o marketing (BACELLAR e YKEDA, 2011), em suma, todos os campos de estudos sobre organizações podem sofrer instabilidades, mudanças, acontecimentos.

Retornando à questão do acontecimento pela via da arqueologia, esses elementos corresponderiam a certa regularidade dos enunciados, por responderem a regras de formação específicas. E essa possibilidade de unidade que Foucault (2008) percebe, foi nomeada pelo mesmo como formação discursiva. Nessa formação discursiva estaria presente também, certa regularidade da dispersão dos objetos. Mas essa relação se apresenta de duas formas.

Na forma (A), pode-se afirmar que uma regularidade nos objetos é capaz de delimitar uma formação discursiva. Retomando o pensamento do autor, “(...) no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (...), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva(...)” (FOUCAULT, 2008, p. 42). Aprofundando a questão, o autor relata que “(...) uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante (...)” (FOUCAULT, 2008, p. 50). Em outras palavras, uma formatação discursiva pode ser identificada a partir de regularidades de objetos.

Entretanto, na forma (B), o autor defende que uma formação discursiva pode ser considerada como tal “(...) se se puder mostrar que ela pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ela própria tenha de se modificar; ou (...) se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento” (FOUCAULT, 2008, p. 50). E ainda, que os discursos criam objetos:

"As palavras e as coisas" é o título - sério - de um problema; é o título - irônico - do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais **tratar os discursos** como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

conteúdos ou a representações), mas como **práticas que formam sistematicamente os objetos** de que falam (FOUCAULT, 2008, p. 55)

Em suma, pode-se afirmar que existe certa “contradição” no pensamento do autor. Como a regularidade nos objetos é capaz de delimitar uma formação discursiva (A), e da mesma forma, os objetos seriam criados pela formação discursiva (B)? Como compatibilizar essa relação entre criador e criatura?

A resposta do autor estaria aquém dessa pergunta: a unidade dos discursos seria encontrada na transformação dos objetos. Foucault (2008) se coloca diante da possibilidade de identificar a unidade de um discurso com o objeto “loucura” e seu significante, ou seja,

(...) que a unidade de um conjunto de enunciados, diferentes por sua forma e temporalmente dispersos, funda-se no fato de que todos eles se referem a um único e mesmo objeto. Consequentemente, o que nos permite individualizá-los é o referente, o correlato. A luz de *Histoire de la folie* Foucault conclui que, em lugar de tentar identificar um objeto único e permanente (o que no caso da loucura é impossível), deveríamos estabelecer as regras que determinam o espaço onde os objetos se perfilam e se transformam (CASTRO, 2009, p. 177).

“Isso significa que uma formação discursiva precisa ser definida de tal forma que permita a transformação de seus objetos (...)” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 66). Esse caráter de unidade que se define através da dispersão dos objetos fica nítida em certo trecho, que versa sobre a loucura:

(...) a unidade dos discursos sobre a loucura seria o jogo das regras que definem as transformações desses diferentes objetos, sua não-identidade através do tempo, a ruptura que neles se produz, a descontinuidade interna que suspende sua permanência (FOUCAULT, 2008, p. 37).

Nesse sentido, a unidade de um discurso não estaria no “significante” (da loucura, por exemplo), mas num jogo de regras que definiriam “(...) não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos” (FOUCAULT, 2008, p. 55). Dessa forma, se os **objetos** são iluminados em certas formatações discursivas que ao mesmo tempo caracterizam, é pelo fato de que existe um jogo de regras que permitem o aparecimento de certos objetos, e não outros. Esse mesmo conjunto de regras se manifestaria através de (utilizaremos o exemplo da loucura, devido à escassez de trabalhos junto aos estudos organizacionais):

- Superfícies de emergências (ou de aparecimento): “lugares onde podem surgir e se manifestar essas diferenças individuais que serão designadas, descritas, e analisadas em termos de enfermidade, anomalias, neurose, psicose, etc.” (CASTRO, 2009, p. 178). Para Foucault (2008), essas superfícies se alteram nas sociedades, períodos e tipos de discurso empregado. Chama a atenção para questões transversais aos estudos organizacionais, como as superfícies da família



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

(FARIA e WANDERLEY, 2013), do grupo social próximo (FARIAS FILHO e PIRES, 2013), do meio de trabalho (PINHEIRO, 2014), da comunidade religiosa (GUILLAUMON, 2011);

- Instâncias de delimitação: Para Castro (2009), seriam estamentos sociais diversos, que instauram, designam e nomeiam os objetos. Para Foucault (2008), se tratariam da medicina; justiça, autoridade religiosa e crítica literária, capazes de, por motivos diversos, delimitar a loucura. Nos estudos organizacionais, vários discursos poderiam ser observados como nomeadores de objetos, de acordo com as diversas epistemes. Um assunto atual como a sustentabilidade por exemplo, chega ao ponto de ser visto como um oxímoro (REDCLIFT, 2005).

- Grades de especificação: “trata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras, as diferentes “loucuras” como objetos do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, 2008, p. 47). Para o autor, elas foram, no século XIX, a alma; o corpo; a vida e a história dos indivíduos. Talvez algumas grades de especificação possam ser vistas nos estudos organizacionais. Podemos lançar a hipótese de que a lucratividade das organizações seria uma espécie de grade de especificação. De acordo com ela, seriam definidos diferentes tipos de organização como cooperativas (SINGER, 1998), ou mesmo subcategorias dentro de um continuum cooperativista (IDE, 2005), da qual se destacam as “coopergatos”, que simplesmente se mascaram como cooperativa para obter lucros entre outras coisas.

Entretanto, essa forma de descrição é incipiente. Foucault (2008), delimita inicialmente que os discursos são algo além de uma superfície onde os objetos, oriundos de outras fontes, se instalariam em uma segunda análise, devido ao fato que a formação dos objetos dependeria da relação entre esses lugares, onde suas regras são delimitadas. Os regimes de objetos são definidos pelas relações entre os lugares onde suas regras se sedimentam. São condições de possibilidade que elucidam que:

A produção da verdade é descoberta nas práticas. Os objetos são produtos das práticas (...) porque o dado (seja lá o que for) é dito, é visto e em certa medida é produzido através das práticas. Estas, além disso, transformam e instauram a realidade (DÍAS, 2012, p. 13).

Segundo Deleuze (2009), os discursos mais que iluminam ou demonstram: criam ou destroem objetos, que só existem com suas especificações. Dessa forma, não existem objetos naturais. Existem objetos naturalizados pela via das práticas, pelas regras que embasam, e criam, mesmo enquanto disputam a criação dos objetos. Seguindo novamente o exemplo da loucura, percebe-se que uma das relações existentes se refere àquela estabelecida entre as instâncias de decisão médica e judiciária.

Existiria assim, profunda conexão entre o discurso e os objetos. Para Díaz (2012), o discurso não é uma superfície de contato ou enfrentamento entre a realidade e uma língua, mas um conjunto de regras adequadas a uma prática. São essas regras que definem o regime dos objetos. Nesse sentido, o discurso se abre para a esfera das estratégias. Elas também podem ser observadas na unitização de um discurso, através da definição de quais são as possibilidades



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

estratégicas que regem a permanência e certos temas, imagens e opiniões através do tempo (CASTRO, 2009).

Foucault (2008) considera que os discursos se tornam propícios a certas organizações de conceitos, reagrupamentos de objetos, tipos de enunciação, que formam temas ou teorias. Estes são considerados como **estratégias**. Para tal, se abrem também algumas alternativas:

- Os pontos de difração: As mesmas regras de possibilidade elucidam inicialmente, pontos que não podem participar de uma mesma série de enunciados (incompatibilidade), seguidos, em um segundo momento, por pontos que se mostram como uma alternativa (equivalência). Dos dois primeiros, derivam séries coerentes de objetos, formas enunciativas e conceitos, que realizam o mesmo movimento anterior: incompatibilizam-se, equivalem-se. Trata-se de um campo de opções possíveis;
- A economia de certa constelação discursiva: o papel desempenhado em relação a discursos vizinhos e contemporâneos. Eles se designam, classificam ou trocam, mas principalmente, demonstram as lacunas e as exclusões existentes, em função das estratégias escolhidas. Diante da inserção de nova constelação discursiva, ocorre a mudança no princípio da exclusão, que pode levar à ampliação da possibilidade das escolhas. Mas a principal análise efetivada aqui diria respeito à delimitação de possibilidades não efetivadas;
- A função do discurso em relação as práticas não discursivas: compreende o papel dos discursos nas práticas, mas não somente, pois trata também do regime e dos processos de apropriação do discurso: a quais grupos estão reservados direitos de falar, competências para compreensão, acessos de forma lícita e imediata a corpus de enunciados formulados, capacidade de investir o discurso nas decisões, instituições ou práticas; por fim, caracteriza-se por possíveis posições do desejo para com o discurso;

Acreditamos que pontos de difração, economia de certas constelações discursivas e a função do discurso em relação a certas práticas podem ser vistos em Burrell e Morgan (1979), bem como suas reverberações que ainda nos dias atuais geram possíveis apropriações das diferentes epistemes nos estudos organizacionais. Foucault (2008) considera que as regras para formação de estratégias se relacionam com a condição de materialidade dos enunciados (FAIRCLOUGH, 2001; CASTRO, 2009). Para Fairclough (2001) isso ocorre devido ao fato das restrições não discursivas estebelecerem relações entre instituições e enunciados. A materialidade de um enunciado se trata do fato do mesmo ter um “*status particular*” em práticas institucionais específicas. Não obstante, a primeira questão que embasa o pensamento de Foucault (2008) a respeito de **modalidades enunciativas** trataria sobre temas também próximos à gestão, como o status de quem fala (que pode ser associado a uma hierarquia), os lugares de onde obtém legitimidade para seu discurso (que teria relação com a própria dinâmica organizacional, que legitima discursos e exclui outros) e situações onde sua posição o coloca (como reuniões, discussões com clientes, etc.):

- O status de quem fala: alguns detém a legitimidade para proferir certos enunciados e além disso, certas relações com outros indivíduos que detém status específicos. Essas relações podem



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

subsumir divisão de atribuições, subordinação, complementaridade, demanda, transmissão e troca de informações.

- É preciso também descrever os lugares institucionais de onde quem fala obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus instrumentos de verificação, seus objetos específicos). “Por exemplo, o hospital, a biblioteca oficial, o laboratório, etc.” (CASTRO, 2009, p. 178).

- Por fim, trata-se das situações que lhe são possíveis em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos, de acordo com as posições do sujeito: suas relações com saberes, instrumentos e informações. Para Castro (2009), esse sujeito pode se colocar como interrogante, percipiente ou como transmissor.

As modalidades enunciativas delimitam também a profunda participação do **sujeito** na produção de formações discursivas: detém certo status, oriundo de alguns lugares e situações. Entretanto, como ora tratado, não caberia aqui a distinção de um sujeito como unidade discursiva, devido a sua multiplicidade num primeiro momento e num segundo, devido à impossibilidade que Foucault (2008) percebe na existência de uma unidade que seria representada por um autor, ou mesmo um estilo. Mesmo em termos de elementos discursivos como os conceitos, o autor percebe, ao invés de uma estabilidade, configurações mutáveis e **conceitos** em transformação (FAIRCLOUGH, 2001). Em se tratando destes, e diante de sua atividade, Foucault (2008) prioriza então a descrição de como se organiza o campo de enunciados em que os conceitos aparecem e circulam. Esse campo seria definido por:

- Formas de sucessão: definidas por séries de enunciados que se organizam mutuamente através das atividades de inferência, demonstração, esquemas de generalização, especificação e distribuição espacial; “ou a ordem das narrativas e a maneira pela qual os acontecimentos do tempo estão repartidos na sequência linear dos enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 63). As formas de sucessão são definidas também por tipos de dependência enunciativa e por esquemas retóricos;

- Formas de coexistência: trata-se de enunciados já utilizados em alguma outra parte e retomados, por razões distintas implícita ou explicitamente; de enunciados que se referem a objetos de domínios totalmente distintos, mas que podem ou precisam se fazer presentes; ou por laços de filiação, gênese, continuidade, descontinuidade ou transformação com enunciados não mais legitimados;

- Procedimentos de intervenção aceitos como válidos para aplicação: podem aparecer nas técnicas de reescrita, métodos de transcrição. Podem ser também modos de tradução de enunciados quantitativos em qualitativos, aproximação e reenquadramento, transferência de tipos de enunciados a campos distintos e sistematização de proposições.

A análise dos conceitos pela perspectiva arqueológica contribuiria por elucidar as formas através das quais as possibilidades epistemológicas são tratadas no interior dos estudos organizacionais. Mais do que fazer relações entre linhas epistemológicas nacionais em

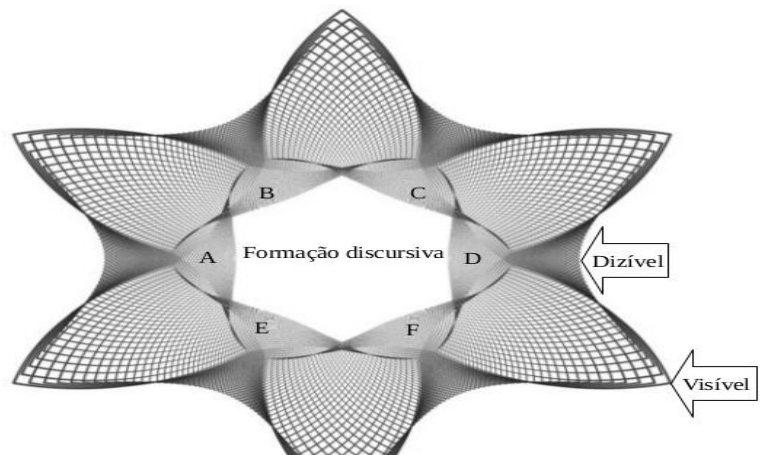
IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

comparação com internacionais (PAULA e outros, 2010), ou considerar a administração como ciência baseado em certos autores (DANKE e outros, 2010), trataria sobre as mudanças dos conceitos, suas formas legitimadas de se conectar ou desmembrar diante de outros, em suma: as condições de possibilidade das epistemologias. Por fim, para uma captura maior do trabalho de Foucault (2008), se faz interessante observar os pontos para os quais voltou sua atenção nos diversos trabalhos:

Na *Histoire de la folie*, tratei de uma formação discursiva cujos pontos de escolha teóricos eram bastante fáceis de ser demarcados, cujos sistemas conceituais eram relativamente pouco numerosos e sem complexidade, cujo regime enunciativo, enfim, era bastante homogêneo e monótono; em compensação, o problema era a emergência de todo um conjunto de objetos muito enredados e complexos; tratava-se de descrever, antes de tudo, a formação desses objetos para demarcar, em sua especificidade, o conjunto do discurso psiquiátrico. Na *Naissance de la clinique*, o ponto essencial da pesquisa era a maneira pela qual se modificaram, no fim do século XVIII e início do XIX, as formas de enunciação do discurso médico; a análise, então, havia-se voltado menos para a formação dos sistemas conceituais, ou para a das escolhas teóricas, do que para o status, o lugar institucional, a situação e os modos de inserção do sujeito falante. Finalmente, em *Les mots et les choses*, o estudo se referia, em sua parte principal, às redes de conceitos e suas regras de formação (idênticas ou diferentes), tais como podiam ser demarcadas na gramática geral, na história natural e na análise das riquezas (FOUCAULT, 2008, p. 72).

Com base nessa consideração final, se torna claro que em nenhum dos trabalhos arqueológicos a sua atenção esteve voltada para as mesmas questões, ou de forma igual. Sugerimos que da mesma forma, os trabalhos nos estudos organizacionais tentem ser “imanentistas”, e, por mais que lancem mão de algo como ponto inicial de análise, deixem a realidade da área intermediária (entre o visível e o enunciável) sobressair, demonstrar a si mesma com suas matizes. Também se faz relevante voltar à questão do acontecimento, nesse momento. Isso pelo fato de existirem diversas referências múltiplas, e conceitos que são iterativos. Para conseguir se aproximar dos mesmos, sugere-se não considerar as possibilidades de limitação do discurso (objetos, estratégias, modalidades enunciativos, conceitos) separadamente. Ao invés disso, analisá-los como Foucault (2006) trata dos acontecimentos. Seriam, assim: processos múltiplos que se constituem conjuntamente; conjuntos de ideias que precisam ser tratadas como um “polígono de inteligibilidade” (CASTRO, 2009, p. 26), pois se auto-referem; elementos poliformes, assim como suas relações e seus domínios, e as positivities presentes à mão, como é ilustrado na Figura 02.



Condições de possibilidade:

A- Objetos;

Figura 02: Condições de possibilidade para uma formação discursiva pela via da arqueologia
Fonte: elaboração dos autores.

A Figura 02 é uma formação estanque. Entretanto, pode servir de ajuda caso se compreenda relevante a análise de rupturas, ou de regularidades que emergem e se contrapõem às já existentes: o mapeamento descrito no momento inicial serve de retrato das estabilizações ocorridas e assim de fonte de contraste para as instabilizações que ocorrerão.

Por isso: “A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2008, p. 31). E nesse mesmo sentido reafirmamos: essa discussão teórica sobre o autor não é sua analítica. É algo cuja existência segue a regras de construção próprias, mesmo tratando da obra do autor. Isso não é uma analítica foucaultiana. Muito mais uma forma de deturpar, fazê-lo ranger, e gritar. Talvez nossa própria lista de animais do imperador chinês.

Limitações e considerações aos arqueólogos

A intenção desse fragmento textual se aproxima de uma tentativa de operacionalizar algo como uma analítica foucaultiana. Mas, como está claro desde o título, estaria “impedido” de trilhar por esta via da teorização (ou seja, trazendo um conjunto de relações causais, e modelos de utilização sistematizados): Foucault sempre tratou esse tema\possibilidade com restrições claras. Mas o autor deixa certa possibilidade implícita em seu trabalho, quando trata de uma das suas fontes principais:

A presença de Nietzsche é cada vez mais importante. Mas me cansa a atenção que lhe é dada para fazer sobre ele os mesmos comentários que se fez ou que se fará sobre Hegel ou Mallarmé. Quanto a mim, os autores que gosto, eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse. (FOUCAULT, 1979, p. 143).

Consideremos então esse trabalho como um sinal de reconhecimento às contribuições foucaultianas nos estudos sobre organizações, muito embora este campo careça de pesquisas com cunho verdadeiramente arqueológico, ou minimamente arqueo-genealógico. Padecemos do mesmo mal a que criticamos, pois poucos são os textos com capacidade explicativa verossímil,

com o uso tentativamente arqueológico. Mas é devido à pouca literatura e necessidade premente que esse artigo complementou o que se propôs: se torna uma tentativa de ajudar a quem o quiser deformar, fazer ranger ou gritar (o mesmo que fizemos).

Objetivamos descrever teoricamente a análise feita por Michel Foucault em suas primeiras obras, bem como elucidar elementos principais encontrados pelo mesmo naquele caminho, com vistas a dar um ponto de apoio aos que se aventurarem a diminuir a ausência da arqueologia nos estudos sobre organizações. A primeira questão resultante desse caminho foi uma resposta para em que local dos discursos dos estudos organizacionais devem focar para conseguir encontrar seus próprios arquivos. Foucault (1999) sugere esse método como a análise dos modos de ser da ordem do discurso, da camada intermediária entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo.

Essa camada intermediária tratada pelo autor, elucidou também diversas áreas tangentes aos estudos organizacionais e a arqueologia. São possibilidades diversas e dispersas em diversas áreas e epistemes. Entretanto, todas as possibilidades de conexão, são novas, devido a um simples fato: a matéria-prima a ser analisada não está contida nas reflexões, nem mesmo na essência das coisas pesquisadas, mas sim no discurso em formato de arquivo arqueológico.

Sugerimos que assim como Foucault (2008) tentemos mostrar “baseado em que” ocorrem efeitos de verdade nos estudos organizacionais. O que gera esses efeitos? Um discurso? Um enunciado? Uma formação ou acontecimento? Não nos parece ser essa a resposta. Isso é gerado no ponto de conversão entre todos os elementos discursivos e não discursivos: o sujeito. Por isso Foucault verdadeiramente “matou o indivíduo” no sentido que vinha sendo dado até então. O sujeito, não o indivíduo (o que não pode ser dividido) é múltiplo e assim também o é o gestor. E também as organizações devem ser consideradas como múltiplo ponto de dobra, de reflexão dos enunciados, discursos, formações, acontecimentos. Tudo isso enviesado pelo poder. Não poderíamos ser únicos, totais, quantificáveis, encarnados em um só corpo dócil. Temos respostas mais ariscas. Por isso, utilizamos uma voz enunciativa na primeira pessoa do singular: somos muitos, aqui ecoam muitos. Esse texto não pode ser considerado como construído por uma pessoa, posto que tantas discussões de corredor, de salas de aulas, de orientações formais e informais foram necessárias para que tomasse corpo.

Um corpo dócil? Nem tanto. Enquanto dobras do pensamento foucaultiano, invés de tratar de um lugar comum na sua prática, ou suas relações causais, suas regras principais, tentamos traçar na diversidade de suas análises, um movimento que fosse capaz de lançar o leitor em algo do movimento que o próprio autor se envolveu. Tentar trazer ao leitor essa re-flexão que Foucault (2008) ilustra inicialmente e depois seguir com seu pensamento, naquilo que nos foi capaz, no decorrer de sua obra. Tentar compreender as condições de possibilidade que o discurso foucaultiano faz emergir, quando da construção de sua analítica. É importante levar em consideração algumas regularidades e rupturas, nesse sentido. Diríamos que muito dos trabalhos nos estudos organizacionais estão envoltos na crítica de certa “formatação discursiva” tomada como coerente: noções priorizadas de organização social, de relações com objetos, consigo mesmo. Também por isso crer nos ganhos decorrentes de uma arqueologia criticada por ser estruturalista, por considerar regras de formação dos discursos. As regras acabariam por implicar relações causais? Funcionalistas?



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Michel Foucault observa a vida da humanidade dentro de certo recorte temporal. Com base nesse contexto, nega a forma como fôra tratada. Nega a um ápice que teleologicamente corrobora a linearidade evolutiva da humanidade. Em seu lugar, percebe combinações forçosas de elementos discursivos e não discursivos. Ao invés de uma linha coerente, teleologicamente organizada, percebe que além das regularidades emergem fraturas-rupturas, rachaduras-trincamentos de um discurso cuja coerência é por vezes emendada, tapada com band-aid cor-da-pele, e demonstra coerências devido a isso. Não seria uma ilusão pensar na “evolução” do conhecimento em estudos organizacionais?

Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos (FOUCAULT, 2008, p. 6).

Nada tão humano (nietzschenianamente falando). Foucault (1978, 1999, 2008) se coloca no ponto de inflexão dessas ondulações ou emendas. Lá onde as formações discursivas criam efeitos de coerência, lisura, conformidade, homogeneidade, encaixe perfeito. “Movel, ele se instalará numa espécie de diagonal, que tornará legível o que não poderia ser apreendido de nenhum outro lugar, precisamente os enunciados” (DELEUZE, 2005, p. 13-14). São aqueles efeitos (coerência, lisura, etc.) que perdem força quando o leitor começa a participar dos discursos. Quando nos assumimos como superfície de inscrição para o discurso, a ordem sub-repticiosa das coisas começa a ruir e também possibilidades de pesquisa: como determinada organização é iluminada? O que a faz parecer “natural”? Movimento crítico também acontece para as delimitações que são dadas pelas/nas formações discursivas: o que os discursos sobre organizações excluem? Como são inventadas as interioridades/exterioridades? Obviamente, a complexidade dessa análise tende a ser ajudada pelo volume de arquivos, de tempo, de dedicação. Nada disso parece ter faltado ao autor. Mas algo disso ainda falta aos estudos organizacionais.

Referências

- BACELLAR, F. C. T.; IKEDA, A. A. Evolução do ensino de marketing: um breve histórico. *Organizações & Sociedade*, v. 18, n. 58, art. 7, p. 487-511, 2011.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life*. 1979.
- CHIA, R.; MCKAY, B. *Post processual challenges for the emerging strategy-as-practice perspective*. *Human Relations*, 60(1), 217-242. 2007. DOI: 10.1177/0018726707075291.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

CAPPELLE, M. et al. A produção científica sobre gênero na Administração: uma meta-análise. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, Salvador, 30., 2006, Salvador. Anais. Salvador, BA, 2006.

COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O Solo Epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. *Revista de Ciências da Administração*, v. 15, n. 35, p. 168-179, 2013.

COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 453-469, 2012.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *O que é um Dispositivo?*. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.html> . Acesso em: 12.12. 2009.

DÍAZ, Esther. *A Filosofia de Michel Foucault*. São Paulo: Editora Uniesp, 2012.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica)* / Hubert Dreyfus, Paul Rabinow; tradução de Vera Porto Carrero. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. [S.l.]: UnB, 2001.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 4, p. 0-0, 2013.

FARIAS FILHO, M. C.; PIRES, J. O. M. A influência das redes sociais de catadores na cadeia produtiva da reciclagem. *Gestão e Sociedade*, v. 7, n. 17, p. 249-272, 2013.

FERREIRA, A.A.; PEREIRA, M.I.; REIS, A.C.F. *Gestão Empresarial: De Taylor aos Nossos Dias*. [S.l.]: Pioneira Thomson Learning, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault and analysis of discourse on educational researches. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197–223, nov. 2001. Acesso em: 22 nov. 2013.

FLEMING, Peter; SPICER, André. *Contesting the Corporation: Struggle, Power and Resistance in Organizations*. New York: Cambridge University Press, 2007.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. (Coleção Ditos e Escritos, Volume 2). 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Paris, 1981.
- FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V: ética, sexualidade e política*. RJ: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Ética do cuidado de si como prática da liberdade*, 1984. Entrevista concedida.
- FOUCAULT, M. *Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias*. Disponível em: <<http://web.mit.edu/allanmc/www/foucault1.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. [S.l.]: Forense-Universitaria, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo. Corpo: ponte para o mundo. In: FONSECA, T.M.G.; KIRST, P.G. (Org.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- GUILLAUMON, S. Gestão de turismo, cultura e identidades religiosas: ensaio de um novo conceito com base na compreensão do território. *Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo*, v. 6, n. 2, art. 2, p. 1-25, 2011.
- HELAL, D. H.; ROCHA, D. F. Comparando políticas de desenvolvimento e atuação do Estado: América Latina e Leste Asiático. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 23, p. 4-39, 2013.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser y tiempo*. Tradução Jorge Eduardo Rivera. Santiago: Editorial Universitaria, 1997.
- IDE, Roberto Minoru. Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, p. 70-78, 2005.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

LECLERCQ-VANDELANNOITTE, Aurélie. Organizations as Discursive Constructions: A Foucauldian Approach. *Organization Studies*, v. 32, n. 9, p. 1247–1271, 1 set. 2011.

NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução P. C. L. De Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, F. *Jenseits von gut und böse, vorrede*. Berlin/New York/ München: de Gruyter, 1980. v. 5. (Samtliche Werke: Kritische Studienausgabe).

PAULA, Ana Paula Paes De *et al.* A tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, p. 10–23, 2010.

PINHEIRO, L. S. Participação popular e instrumentos institucionalizados de participação em nível local. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 1, p. 19-26, 2014.

REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987–2005): an oxymoron comes of age. *Sustainable Development*, v. 13, n. 4, p. 212–227, 1 out. 2005.

ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: Armand Colin, 1973.

SINGER, P.I. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. [S.l.]: Editora Vozes, 1998. (Coleção Zero à esquerda).

THIRY-CHERQUES, H. R. Métodos estruturalistas: pesquisas em ciências de gestão. São Paulo: Atlas, 2008.